

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Paola De Orte/Agência Brasil



Ação de Eduardo é claro ponto de divergência

Os Bolsonaros: não muito unidos, mas muito ouriçados

O samba cantado por Dudu Nobre na abertura do saudoso humorístico A Grande Família não sai da cabeça. As peças divulgadas na quarta-feira (20) pela Polícia Federal que sustentam o novo indiciamento do ex-presidente Jair Bolsonaro e de seu filho, o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), mostram a sociedade uma família, como a cantada por Dudu Nobre,

“muito ouriçada”. Se ela é “muito unida”, depende da interpretação. “Muito unida” no propósito de, a qualquer custo, livrar Bolsonaro da iminente condenação no Supremo Tribunal Federal (STF) por tentativa de golpe de Estado. Muito desunida, porém, na estratégia que julga ser a melhor para isso. E também na forma de se conduzir politicamente o pós-Bolsonaro.

Trump

Os pontos que mais elevam a temperatura da conversa no quesito falta de educação dizem respeito ao tarifaço imposto pelo presidente do Estados Unidos, Donald Trump. É em torno dele que termos pouco carinhosos aparecem de forma mais clara.

Ingrato

Bolsonaro faz numa entrevista uma crítica a Eduardo. Que responde com o filho mandando o pai “tomar” algo que não se bebe e ampliando o adjetivo “ingrato” com um palavrão. Também sobre o mesmo tema o pastor Silas Malafaia chama Eduardo de “idiota”.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Há fortes reações a Tarcísio como herdeiro

Tarifaço é o grande ponto controverso da estratégia

Silas Malafaia acabou entrando na operação porque apareceria em muitos momentos como uma espécie de conselheiro. Em uma conversa, ele critica duramente Eduardo Bolsonaro. Diz que o filho do ex-presidente teria, com sua ação nos Estados Unidos, dado aos adversários de presente um discurso de defesa da soberania

e dos interesses nacionais. É quando o chama de “idiota”. Curioso é que depois o mesmo Malafaia faz uma crítica, bem mais educada, a Bolsonaro pela entrevista. E, aí, o aconselha a fazer vídeos com argumentos em favor da anistia, no sentido de dizer que era claro que o tarifaço se referia a Bolsonaro e a seu processo.

Lula

Se a carta de Trump era para Bolsonaro, e visava o seu processo, enfraquece-se completamente o argumento que parte da oposição vem usando no sentido de dizer que ele é uma reação do presidente dos Estados Unidos à aproximação de Lula com a China.

Tarcísio

O pós-Bolsonaro é outro ponto claro de desunião que transparece das conversas. Os xingamentos de Eduardo também estão relacionados a isso. Na entrevista, Bolsonaro chama Eduardo de “imaturado” por ter criticado o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

“Política”

Diz Malafaia, em outro trecho, que todas as demais sobretaxações que Trump vem fazendo são econômicas, com exceção da brasileira, que seria “política”. Se é isso, o governo teria razão ao dizer que nada pode fazer para reverter a sanção imposta pelos Estados Unidos.

Eduardo

Eduardo fala claramente que trabalha nos EUA para desfazer a ideia de que Tarcísio venha a ser o herdeiro do espólio político de Bolsonaro, que está inelegível e provavelmente em breve condenado. Ou seja, desunião total quanto ao projeto político de futuro.

Câmara aprova urgência de aumento da isenção do IR

Previsão é que projeto seja votado na próxima semana

Por Gabriela Gallo

A Câmara dos Deputados deve votar na próxima semana o Projeto de Lei que amplia a isenção do pagamento do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais (PL 1087/2025). Nesta quinta-feira (21), o plenário da Casa aprovou o regime de urgência da medida, ou seja, acelerou a análise do projeto em tribuna garantindo que ele não precise ser analisado em comissões da Câmara.

O texto foi aprovado em votação simbólica – quando a votação não é contabilizada individualmente pelos parlamentares e sim pelas bancadas da Casa. A data da votação do mérito da proposta será anunciado, mas a previsão é que o texto seja votado no plenário da Casa na sessão da próxima terça-feira (26). Caso o texto seja aprovado no Congresso ainda neste ano, ele já estará valendo para 2026.

Após a aprovação da urgência, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), destacou que o projeto de isenção do imposto de renda, assim como o projeto que lei que cria regras para proteger crianças e adolescentes em ambiente virtual (PL da Adulterização), o PL 1087 é “uma pauta que une a Casa e demonstra o sentimento de convergência acerca das grandes pautas nacionais”.

Isenção

Relatado pelo ex-presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), o texto determi-



Joédson Alves/Agência Brasil

Para especialistas, impacto das mudanças pode trazer dificuldades na aprovação

na que para compensar a falta de arrecadação com a ampliação da faixa de isenção do imposto de renda, o PL 1087/2025 impõe uma taxaação aos chamados “super-ricos”. Será aplicada uma alíquota progressiva de até 10% para os contribuintes que ganham acima de R\$ 600 mil por ano, o equivalente a R\$ 50 mil por mês.

Além da isenção total para contribuintes que ganham até R\$ 5 mil por mês, o texto também determina a isenção parcial da cobrança do Imposto de Renda para quem ganha entre R\$ 5.001 e R\$ 7.350. Inicialmente, a isenção parcial valia para quem ganha até R\$ 7 mil mensais, mas Lira aumentou a faixa. Segundo ele, a mudança vai atingir 500 mil pessoas a mais no Brasil e re-

sultará num impacto de R\$ 17 milhões acumulados nos anos de 2026 a 2028.

Ao Correio da Manhã, a mestre em Direito Tributário Internacional e advogada do escritório Lavez Coutinho Teresa Meyer destacou que, como o projeto pretende mudar tanto aspectos do Imposto de Renda para Pessoa Física (IRPF) quanto para o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), a votação no Congresso sobre o mérito da proposta poderá não ser tão fácil.

“Para além da mudança da faixa de isenção, o PL impõe tributação mínima do IRPF para pessoas que recebam rendimentos anuais superiores a R\$ 600 mil e IRRF sobre dividendos pagos a pessoa física no Brasil e para pessoa física

ou jurídica no exterior. O PL também destina a receita adicional decorrente dessas mudanças a Fundos dos Estados e Municípios.

Dessa forma, a aprovação pelo Congresso não será algo simples e trará muito impacto à tributação das pessoas físicas e investimentos externos”, avaliou Meyer.

“O PL, se aprovado, trará impactos relevantes, não só às pessoas tributadas pelas primeiras faixas do IRPF, mas também às pessoas que possuem rendas anuais superiores a R\$ 600 mil. Além disso, é possível afirmar que o PL terá impacto relevante a sócios de empresas no Simples ou Lucro Presumido e aos estrangeiros que possuem participação em empresas brasileiras”, completou a advogada.

Lula lidera todos os cenários, mas rejeição ainda desafia

Joédson Alves/Agência Brasil

Por Karoline Cavalcante

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lidera com vantagem todos os cenários simulados de primeiro turno para a eleição presidencial de 2026, de acordo com pesquisa divulgada nesta quinta-feira (21) pela Quaest, encomendada pela Genial Investimentos. O levantamento testou cinco possíveis configurações de disputa, e em todas elas o petista aparece à frente, com índices que oscilam entre 34% e 35% das intenções de voto.

Na única simulação que inclui Jair Bolsonaro (PL) — ex-presidente atualmente inelegível e sob prisão domiciliar —, Lula registra 34% das intenções de voto, contra 28% do ex-chefe do Executivo.

Apesar de fora da disputa, Bolsonaro ainda figura como principal nome da direita e, mesmo ausente de outros cenários, é utilizado como referência de comparação.

Quando substituído por aliados e herdeiros políticos, o desempenho do campo bolsonarista recua consideravelmente.

Sua esposa, Michelle Bolsonaro, por exemplo, aparece com 21%, mesmo patamar alcançado por Tarcísio de Freitas (Republicanos), governador de São Paulo e possível aposta do campo oposicionista. O deputado federal licenciado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) e o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) pontuam ainda menos, com 15% e 14%, respectivamente.



Lula lidera, mas maioria preferia não vê-lo disputar

Centrão

Outros nomes do espectro político mais ao centro ou centro-direita também foram testados. O ex-ministro da Integração Nacional do primeiro governo Lula, Ciro Gomes (PDT) permanece como uma terceira via recorrente, oscilando entre 8% e 11% a depender do cenário. Os governadores de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo); do Paraná, Ratinho Júnior (PSD), e de Goiás, Ronaldo Caiado (União Brasil), também figuram no levantamento, mas não ultrapassam a casa dos 10%.

Segundo turno

O estudo também simulou nove cenários de segundo turno, e em todos eles Lula ven-

ceria seus adversários. Contra Bolsonaro, a vantagem seria de 47% a 35%.

Em disputas com outras figuras da direita, como Michelle, Tarcísio, Ratinho Jr. ou Eduardo, o petista mantém a dianteira com margem de vantagem variando de nove a 18 pontos percentuais.

Segundo o diretor da Quaest, Felipe Nunes, “a oposição ficou tão ‘intoxicada’ pelo tarifaço que até Ratinho Jr, que tem sido mais discreto em relação ao tema, viu seu desempenho piorar”.

A maior mudança de um mês para o outro, porém, foi na simulação entre Lula e Eduardo: a vantagem de Lula já era de dez pontos, mas passou para 15 pontos em um mês.

Desgaste

Apesar do favoritismo nas simulações, a pesquisa revela um desgaste tanto para Lula quanto para Bolsonaro no que diz respeito ao desejo de renovação por parte do eleitorado. De acordo com os dados, 58% dos entrevistados afirmam que o atual chefe do Planalto não deveria se candidatar novamente, enquanto 39% apoiam uma nova tentativa de reeleição. No caso do ex-presidente, a rejeição é ainda maior: 65% dos brasileiros são contrários a uma nova candidatura - ele está impedido de disputar eleições até 2030 por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Entre os apoiadores do bolsonarismo, quando perguntados sobre quem deveria receber o endosso político de Bolsonaro caso ele permaneça fora da corrida, os nomes da ex-primeira-dama e do governador de São Paulo dividem as preferências. Ambos aparecem tecnicamente empatados, com 16% e 14%, respectivamente.

A pesquisa também apurou a percepção dos eleitores em relação ao retorno de ambos os líderes ao comando do Executivo Federal. Para 47% dos entrevistados, a volta de Bolsonaro ao poder causaria mais temor do que a reeleição de Lula. Já 39% manifestam mais medo de um novo mandato do petista. Outros 8% afirmaram temer igualmente ambos os cenários.

O levantamento foi realizado de forma presencial entre os dias 13 e 17 de agosto. A margem de erro é de dois pontos.